

O ENSINO COLABORATIVO: DESAFIO ENTRE O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DA SALA REGULAR EM CONJUNTO COM A SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Adriano Correa Toledo Costa

Orientador (a): Prof. Dr. Evonir Albrecht

RESUMO

A Educação Especial Inclusiva fundamenta-se na concepção de Direitos Humanos na escola. Existe a necessidade de combater as práticas discriminatórias e criar meios para superá-las no ambiente escolar e social. Superar a lógica da exclusão e programar mudanças estruturais, físicas, organizativas e pedagógicas com o intuito de atender aos estudantes em suas especificidades e diferenças. Pautado nos pressupostos do Currículo da Cidade, que entende a Inclusão como um direito de todos, independentemente de suas características físicas ou cognitivas. Nesse sentido, acredito que o trabalho do educador deva ser consciente, eficiente e acolhedor, no sentido de combater a submissão do ser humano à normalização e homogeneização. A partir do momento que direcionamos nosso olhar para outro, um olhar atento e sensível, aprendemos. Contudo, o Plano de AEE – Atendimento Educacional Especializado é de suma importância para o acompanhamento e o desenvolvimento de todos os estudantes público-alvo da Educação Especial Inclusiva. Portanto, este instrumento promove a eliminação de barreiras e organiza a prática pedagógica do AEE na promoção do acesso da garantia das aprendizagens, assim como a organização dos diferentes tempos, espaços e apoios necessários, a disposição observada em acolher o outro na sua totalidade e especificidade, tanto nas escolas de ensino regular quanto na sociedade, que submete o ser humano à normalização e homogeneização. O ato de acolher surge quando direcionamos o olhar sensível ao outro, o que nos permite aprender, portanto, o ensino colaborativo propõe divulgar os conhecimentos científicos em uma linguagem mais acessível para os professores, permitindo que revejam suas práticas pedagógicas, com o objetivo de torná-las mais inclusivas.

Palavras-chave: ensino colaborativo; processo de ensino aprendizagem; Educação Especial; Educação Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

O documentário “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil” foi construído em 2010 e é uma importante fonte de consulta sobre a trajetória das pessoas com deficiência na luta pela conquista e garantia de seus direitos fundamentais. Logo de início, a película apresenta a fala de quem viveu momentos importantes dessa história, de



quem saiu da condição de merecedor de “caridade” para a condição de sujeito de “direitos”.

Contudo, as primeiras organizações associativistas de pessoas com deficiência não tinham sede própria, estatuto ou qualquer outro elemento formal. O processo de redemocratização brasileira e a promulgação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), com essa decisão a ONU proclamou em 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), sob o tema "Participação Plena e Igualdade". O advento do AIPD colocou as pessoas com deficiência no centro das discussões, no mundo e também no Brasil. Tanto o AIPD quanto o processo de redemocratização atuaram como catalisadores do movimento que, no primeiro momento, procurou construir e consolidar sua unidade. A criação da Coalizão Pró-Federação Nacional foi à materialização do esforço unificador, objetivada por três encontros nacionais, realizados entre 1980 e 1983, buscando elaborar uma agenda única de reivindicações e estratégias de luta, bem como fundar a Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes.

A ideia de educação inclusiva sustenta-se em um movimento mundial de reconhecimento da diversidade humana e da necessidade contemporânea de se constituir uma escola para todos, sem barreiras, na qual a matrícula, a permanência, a aprendizagem e a garantia do processo de escolarização sejam, realmente e sem distinções, para todos. A escola assume, nessa perspectiva, novos contornos e busca a internalização do conceito de diferença. Podemos encontrar em Cury (2005, p. 55) o ensinamento sobre o significado da diferença a ser assumido pelas escolas brasileiras: “a diferença do latim: dispersar, espalhar, semear por sua vez é a característica de algo que distingue uma coisa da outra. Seu antônimo não é igualdade, mas identidade” portanto estamos vivenciando um momento em que a diferença deve estar em pauta e compreendida como algo que, ao mesmo tempo em que nos distingue, aproxima-nos na constituição de uma identidade genuinamente expressiva do povo brasileiro, ou seja, múltipla, diversa, diferente, rica e insubstituível.

De acordo com a Professora Doutora Irene Franciscato, no Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), (BRASIL, 2014). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços



e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. A inclusão é um conceito muito utilizado no campo educacional. Acredita-se que a escola, ao ser inclusiva, pode desempenhar um importante papel na luta contra a exclusão social e racial. O PNE enquadra como público alvo de atendimento da Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva, educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades. Os avanços apresentados com o PNE descrevem que se o estudante demonstrar necessidade diretamente ligada ao seu perfil ou condições poderá exigir, além dos princípios comuns da Educação na diversidade, recursos diferenciados identificados como necessidades educacionais especiais (NEE).

O estudante poderá beneficiar-se dos apoios de caráter especializado, como o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, no caso da deficiência visual e auditiva; mediação para o desenvolvimento de estratégias de pensamento, no caso da deficiência intelectual; adaptações do material e do ambiente físico, no caso da deficiência física. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas (SALAMANCA, 1994). Contudo, a inclusão é vista como um desafio, causando angústias e expectativas em grande parte dos profissionais da educação. Neste contexto, alguns desafios que ainda precisamos atingir, é um processo mais eficiente e qualitativo de formação e valorização do professor, que é o responsável pela aprendizagem dos alunos e garantido tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com as possibilidades de cada um, e também abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola.

2. OBJETIVOS + HIPÓTESES

OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar a articulação do trabalho do professor da sala regular com o professor PAEE (Professor de Atendimento Educacional Especializado) a partir de uma proposta de ensino colaborativo, usando como estratégia pedagógica o desenvolvimento de projetos.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar no contexto da unidade escolar, e mais especificamente, de uma sala regular na qual possui estudantes NEE (Necessidades Educacionais Especiais, a prática pedagógica do professor especializado e do professor sala regular;
- ✓ Analisar, dentro da perspectiva de ensino colaborativo, como construir junto com os professores estratégias pedagógicas para o ensino aprendizagem na classe regular baseadas no trabalho com projetos;
- ✓ Desenvolver uma proposta colaborativa entre o professor especializado e o professor regular com base no trabalho com projetos e na abordagem colaborativa numa perspectiva inclusiva;
- ✓ Promover reflexões sobre o Currículo da Cidade e seus princípios norteadores; apropriar-se das noções de Educação Integral, Equidade e Educação Inclusiva; e dar continuidade no processo formação de professores na perspectiva da Educação inclusiva.

3. HIPÓTESES / JUSTIFICATIVA

Respeitar e valorizar a diversidade e a diferença, reconhecendo o modo de ser, de pensar e de aprender de cada estudante, propiciando desafios adequados às suas características biopsicossociais, apostando nas suas possibilidades de crescimento e orientando-se por uma perspectiva de educação inclusiva, plural e democrática, onde o foco de trabalho seja a inclusão de maneira permanente do aluno com deficiência na sala de ensino regular de maneira permanente baseado na perspectiva do DUA (Desenho Universal da Aprendizagem). Ao pensar em uma educação inclusiva e em seu significado, é preciso que os conteúdos sejam portas abertas para a aprendizagem de todos. A prática educacional não pode limitar-se a tarefas escolares homogêneas ou padronizadas, as quais não condizem com a perspectiva inclusiva, uma vez que se preconiza o respeito à forma e à característica de aprendizagem de todos. Portanto, para ensinar a todos, é preciso que se pense em atividades diversificadas, propostas diferenciadas e caminhos múltiplos que podem levar ao mesmo objetivo educacional. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre como trabalhar de



forma colaborativa entre a Educação Especial e o Ensino Regular, visando a construção de estratégias pedagógicas baseadas em metodologias ativas e inclusivas.

Tomando como base a pesquisa desenvolvida por Zanata(2004), Capellini (2004), Lourenço (2004), Rabelo (2012), Vilaronga (2014), Zerbato (2014) e Silva (2018) que analisaram a experiência formativa de fomento à colaboração entre professores da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o professor da classe comum, em direção ao modelo de Ensino Colaborativo. Neste contexto esse trabalho busca desenvolver a prática da cultura colaborativa como uma estratégia pedagógica para garantir o acesso, a permanência com participação e o aprendizado de estudantes da Educação Especial. É imprescindível a proposição de um plano de intervenção pedagógica individualizado para a escolarização do estudante da Educação Especial, aplicado na Sala de Recursos Multifuncionais, bem como, na sala de aula do ensino comum.

Nesta perspectiva, espera-se que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para nortear o trabalho pedagógico dos professores envolvidos, tendo em vista a construção de estratégias pedagógicas para a articulação e trabalho colaborativo entre os mesmos, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtido.

4. METODOLOGIA

Entendendo que é fundamental que os professores da Educação Especial e professores das diferentes disciplinas devem atuar em conjunto para efetivação da escolarização dos estudantes na perspectiva de uma educação inclusiva. Nesta pesquisa utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. Considerando que “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002, p.44)”, isso nos ajudou na compreensão mais aprofundada sobre o tema. Esta pesquisa tem como ponto focal uma unidade escolar de ensino regular da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo com sala de Recursos Multifuncionais, e os participantes a serem atingidos pelas melhorias são professores, uma que atuam na Educação Especial, Sala de Recursos de Multifuncionais e os outros que atuam em salas regulares, bem como, analisar, dentro da perspectiva de ensino colaborativo, como construir junto com os professoras estratégias pedagógicas para o ensino aprendizagem na classe regular baseadas no trabalho com





projetos.

❖ Plano de trabalho com cronograma de execução;

- ✓ Março a Junho: Pesquisa de campo;
- ✓ Março a Junho: Elaboração e entrega do projeto
- ✓ Março a Junho: Leituras e fichamentos;
- ✓ Junho: Escrita final do projeto;
- ✓ Junho: Entrega do Projeto;
- ✓ Agosto: Defesa.

5. ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA SOBRE O TEMA

A ideia desse projeto, inicialmente, Perspectiva da Educação Inclusiva é demonstrar a importância na visão de pesquisas bibliográficas de material necessário para compreensão do assunto.

Para desenvolvermos a nossa pesquisa admitimos a complexidade em definir uma teoria em evolução, embora seja esse um dos fatores que nos estimulam na contínua busca de novas maneiras com o intuito de investigarmos o modo de fazer matemática com o uso de metodologias ativas, e um trabalho colaborativo do professor da sala regular e da sala de recursos multifuncionais. Segundo Omote (2014), a discussão sobre as diferenças nem sempre é confortável, mas é essencial quando se tem como meta a construção de uma cultura inclusiva nas escolas.

As práticas pedagógicas inclusivas privilegiam a experimentação, a criação, a descoberta e a parceria para o desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento. As escolas com cultura inclusiva oferecem o que há de melhor para o desenvolvimento dos estudantes em um ambiente rico e estimulador de suas potencialidades (MANTOAN, 2003).

O ensino colaborativo, ou ainda chamado coensino, é considerado como um dos modelos de prestação de serviço de apoio, em que um docente comum e um docente especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino oferecido a um



grupo heterogêneo de estudantes. Esse modelo surgiu como uma das alternativas aos modelos propostos para o trabalho da Sala de Recursos, classes especiais ou escolas especiais, a fim de responder às necessidades das práticas de inclusão escolar de estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial e evitar a escolarização separada dos estudantes.

O ensino colaborativo, assim, não pode ser considerado um trabalho centrado no estudante com deficiência, por exemplo, pois essa proposta tem como pressuposto que todos os docentes atuem com todos os estudantes em sala, por meio da adequação de atividades para que a totalidade da turma possa participar do que foi planejado (MENDES, VILARONGA e ZERBATO, 2014).

6. RESULTADOS ESPERADOS

- ✓ Reconhecer o estudante elegível aos serviços da educação especial e sua singularidade no direito à diferença e educação equitativa e igualitária;
- ✓ Elaborar estratégias pedagógicas para inclusão de sujeitos de direito aos serviços da educação especial;
- ✓ Identificar ferramentas e recursos necessários a fim de garantir a plena participação de todos em sala comum;
- ✓ Reconhecer os documentos e legislação federal e do estado de São Paulo que garantem a inclusão de estudantes no âmbito municipal;
- ✓ Utilizar recursos de tecnologia assistiva para legitimar a inclusão escolar de discentes da educação especial;
- ✓ Indicar e elaborar recursos de comunicação alternativa e aumentativa no atendimento aos estudantes que necessitem deles.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditando na eficácia da educação na perspectiva inclusiva e, considerando a necessidade de mudanças significativas na organização das unidades escolares, nos planejamentos e nas intervenções pedagógicas para atender as demandas dos estudantes que



frequentam o ensino comum e estudantes com deficiência.

Segundo Veiga (1995), os aspectos político e pedagógico do projeto têm uma significação indissociável e deve-se considerar o Projeto Político Pedagógico - PPP como fruto de um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola e de busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. Assim, é na ação pedagógica da escola que se torna possível a efetivação de práticas sociais emancipatórias, da formação de um sujeito social crítico, solidário, comprometido, criativo, participativo. É nessa ação que se cumpre, se realiza, a intencionalidade orientadora do projeto construído. O PPP deverá contemplar a organização do ensino e aprendizagem de ambos os estudantes, sem propostas separadas, pois deve levar a reflexões que possibilitem a aprendizagem e o fazer pedagógico de todos, incluindo as atividades do Atendimento Educacional Especializado e das salas de aulas regulares.

O Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) é uma abordagem do ensino e da aprendizagem baseada em neurociências cognitivas e voltada para o desenho de experiências de aprendizagem que atendam a diferentes perfis. De forma resumida, a prática pedagógica apoiada no DUA tem como princípio a diversificação de procedimentos, recursos, materiais e tecnologias, de modo a minimizar as barreiras de aprendizagem.

Portanto, a cultura inclusiva prevê novas formas de linguagem que devem ser disseminadas na escola, diante disso, não cabe mais permitir a reprodução na escola de conceitos como "estudantes normais" versus "estudantes deficientes", é importante dizer que a cultura escolar que propõe a inclusão deve favorecer o desenvolvimento de práticas inovadoras e fundamentadas em mudanças de valores, como a substituição da competição pela colaboração, do individualismo pela solidariedade, da intolerância pelo respeito, da injustiça pela justiça e até mesmo da violência pela pacificação. Os valores inclusivos devem ser trabalhados de forma transversal em todos os componentes curriculares. Devem levar a uma alteração de postura pedagógica de professores e toda a comunidade escolar, que não mais irão atuar baseados naquele modelo de aluno ideal, mas, sim, no aluno real.

Os professores devem reconhecer que seus alunos são sujeitos reais, conhecendo e indo ao encontro de suas especificidades. E, claro, colaborando para o desenvolvimento e atualização de suas potencialidades.

Essas escolas são espaços educativos, de construção de personalidades humanas autônomas e críticas, em que se ensinam os estudantes a valorizar as diferenças, através da





convivência com seus colegas, do exemplo de seus professores, do conteúdo que é trabalhado em sala de aula e do clima socioafetivo de relações que estão estabelecidas em toda a comunidade escolar com espírito solidário e participativo. Desse modo, acredito que o fortalecimento do trabalho colaborativo será uma estratégia promissora que deve compor a organização do trabalho pedagógico de todas as escolas, em prol da escolarização dos estudantes em geral com ou sem deficiência. O amadurecimento das discussões resultou em um rearranjo político no qual a federação única foi substituída por federações nacionais por tipo de deficiência. Embora a luta ainda seja grande, mas é o que foi conquistado pelas pessoas com deficiência, independente qual seja a deficiência todos devemos ter um olhar mais humano, visando ampliar recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa minoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli. **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1999.

ARRUDA, Samara Cliscia Alves de. **Inclusão escolar e o papel da mediação** (monografia). Licenciatura em Pedagogia. UERJ, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BOALER_ Cap. 1: **O cérebro e a Aprendizagem de Matemática**, p. 1 a 9, 2018.

BOALER_ Cap. 2: **O poder dos erros e das dificuldades**, p. 11 a 19, 2018.

BRIZOLLA, F. Para além da formação inicial ou continuada, a form(a)ção permanente: o trabalho docente cooperativo como oportunidade para a formação docente dos professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM FOCO, 5., 2009, São Paulo, Anais...São Paulo: [s.n.], 2009.

BURGOS_ROSSI. Cap. 2 – **O valor da educação escolar para as famílias: confronto entre percepção dos responsáveis e o senso comum escolar**.

CANDAU, Vera Maria. **Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias**

Pedagógicas. Rio de Janeiro, [20-?] Disponível em





<www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_6_vera_candau_edh.pdf> Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

CAPELLINI, V. L. M. F., & ZERBATO, A. P. (2019). *O que é Ensino Colaborativo?* São Paulo: Edicon.

COHEN, Elizabeth; LOTAN, Rachel. A. **Planejando o trabalho em grupo: estratégias para salas de aula heterogêneas**. 3ª edição: Porto Alegre. Penso, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

DINIZ, Debora, BARBOSA, Livia, SANTOS, Wederson R. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, 6, n. 11, p. 65-77, 2019.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Jornal 20 anos: Comissão Justiça e Paz**. São Paulo, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. **HISTÓRIA do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil 1/5**. Produção de Fazenda Filmes e Instituto Vargas. Direção de Aluizio Salles Júnior. Realização de Secretaria dos Direitos Humanos do Governo Federal. Brasil, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.. 2011. Youtube (14 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eDi63uTyhKY>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

HISTÓRIA do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil 2/5. Produção de Fazenda Filmes e Instituto Vargas. Direção de Aluizio Salles Júnior. Realização de Secretaria dos Direitos Humanos do Governo Federal. Brasil, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2011.

FONTES, Rejane de Souza. **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2009.

LEMOV. **Técnica 22 – De surpresa**, pg. 129 – 144 e **Técnica 25 – Tempo de espera**, pg 153 a 156, 2011.

LINO GOMES, Nilma. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**.

LISA, Jilk – **Apoiando professores a notar pontos fortes dos estudantes**. Mathematics Teacher Educator. Vol. 4; nº 2, março 2016.





MARTINS. A importância do grupo para os jovens.

MANTOAN, M. T. **Inclusão Escolar, o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E.G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos: UFSCar, 2014. p. 68-88.

OMOTE, S. Prefácio. In: RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F.; SANTOS, D.

A. N. (Orgs.) **Redefor Educação Especial e Inclusiva: Diversidade e Cultura Inclusiva.** São Paulo: Unesp, Núcleo de Educação a Distância, 2014.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa SME nº 50, de 09 de dezembro de 2021. Institui os Projetos de Fortalecimento das Aprendizagens e reorganiza o Projeto de Apoio Pedagógico - PAP, destinados aos estudantes da Rede Municipal de Ensino. São Paulo, 2021.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Reunião de Organização Pedagógica COPED/COCEU. São Paulo: SME/COPED, 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Ensino Fundamental. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Orientações didáticas do Currículo da Cidade: Ensino Fundamental. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Priorização Curricular: Currículo da Cidade: Ensino Fundamental. São Paulo: SME/COPED, 2021.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. O acompanhamento das aprendizagens e o plano de ação. São Paulo: SME/COPED, 2020.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Orientações didáticas do Currículo da Cidade: Coordenação Pedagógica. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa SME nº 48, de 03 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o calendário de atividades para 2022 das Unidades Educacionais de Educação Infantil Diretas, Indiretas e Parceiras, de Ensino Fundamental, de Ensino Fundamental e Médio, de Educação de Jovens e Adultos e das Escolas Municipais de Educação Bilíngue para surdos da Rede Municipal de Ensino. São Paulo, 2021.





SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Republicação - Instrução Normativa SME nº 48, de 03 de dezembro de 2021. Republicação dos anexos da Instrução Normativa SME nº 48, de 03 de dezembro de 2021, por conter incorreções no doc de 04/12/2021. São Paulo, 2021.

WEISNTEIN_ NOVODVORSKI. **Gestão de sala de Aula**, 2015.

